

**AS POTENCIALIDADES LOCAIS E O FRACASSO DOS PLANOS DIRETORES NO  
SERTÃO DA BAHIA: O EXEMPLO DE MONTE SANTO**

**Raimundo Pinheiro V. Filho**

MESTRANDO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA UCSAL

RAIGEOGRAFIA@HOTMAIL.COM

## **AS POTENCIALIDADES LOCAIS E O FRACASSO DOS PLANOS DIRETORES NO SERTÃO DA BAHIA: O EXEMPLO DE MONTE SANTO**

### **RESUMO**

Aborda-se a propriedade urbana, cuja função social, de bem coletivo está relacionada com as propostas dos poderes públicos na cidade de Monte Santo/BA. Mostra as atividades propostas pelo legislativo local que tem como objetivo promover o desenvolvimento da comunidade local, contribuindo assim para minimizar as questões ligadas à qualidade de vida da cidade. Procura-se avaliar as alternativas do Plano Diretor que propõem melhorias para a cidade, para se poder estabelecer diretrizes para a exploração do turismo religioso. Através de análise dos relatórios do Plano Diretor, verificou-se que o crescimento da cidade, e a falta de investimentos em infra-estrutura, geram uma demanda, que ultrapassa o que os equipamentos urbanos podem oferecer, principalmente no que diz respeito a serviços de acolhimento a visitantes. Apresenta-se uma análise das propostas políticas, elaboradas nesse sentido e que, na maioria das vezes, nunca são colocadas em prática, se mostrando assim um fracasso e a continuidade da ausência de infra-estrutura para acolher os peregrinos e visitantes da cidade.

**Palavras chave:** Monte Santo, Plano Diretor, Qualidade de vida, Potencialidades locais.

## INTRODUÇÃO

O estudo regional apresenta uma grande importância, já reconhecida, não só do ponto de vista científico, mas também pelas informações que pode fornecer para a administração pública.

Segundo (Santos, Tricart, 1958, p.11), o conceito de região geográfica é muito complexo, por ser de natureza sintética. É baseado principalmente na paisagem, incluindo os fatos essenciais que englobam os aspectos naturais e antrópicos que a explicam. Ainda de acordo com esses autores, a região geográfica elementar que envolve os conceitos de lugar, paisagem, natureza, sociedade, região e território, dentre outros, é o conjunto do meio físico e a forma de utilização destes pelo homem.

“Para ter um valor, a região geográfica deve apresentar certa homogeneidade do meio físico e condições de aproveitamento dos recursos naturais pelo homem. Esse fato já foi abrangido pela concepção popular, que criou termos como sertão, para traduzir a unidade geográfica do meio natural e do homem”(Santos, Tricart, 1958, p.12)

A organização do espaço de um município resulta, na maior parte das vezes, de sua capacidade de, em dado momento, exercer influência em todo o território circundante. Para se conseguir isso, é necessária a conjugação de alguns fatores, como a existência de serviços e funções de infra-estrutura, que garantam tanto à aglomeração de pessoas do local como de visitantes, a possibilidade de atendimento às necessidades.

O presente trabalho busca um aprofundamento no estudo sobre a realidade da cidade de Monte Santo, procurando levantar e entender as propostas e ações do poder público, através da Câmara Municipal, e qual o grau de envolvimento, não só dos administradores, vereadores, como da comunidade no que diz respeito às políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento da cidade.

O artigo é resultado de estudos que tem como base, uma revisão bibliográfica dos documentos produzidos na discussão e aprovação no Plano Diretor Urbano de Monte Santo ( PDU, 2006).

A periferização e ocupação desordenada de áreas residenciais para um único espaço ao norte da cidade, a falta de saneamento e infraestrutura básica dentre outros problemas fazem com que a cidade não apresente uma qualidade de vida adequada.

O espaço geográfico de Monte Santo é dos menos estruturados, de toda a região, para receber uma massa considerável de visitantes, mesmo que temporariamente, colocando desafios para se pensar na sua configuração, dentro de perspectivas de crescimento.

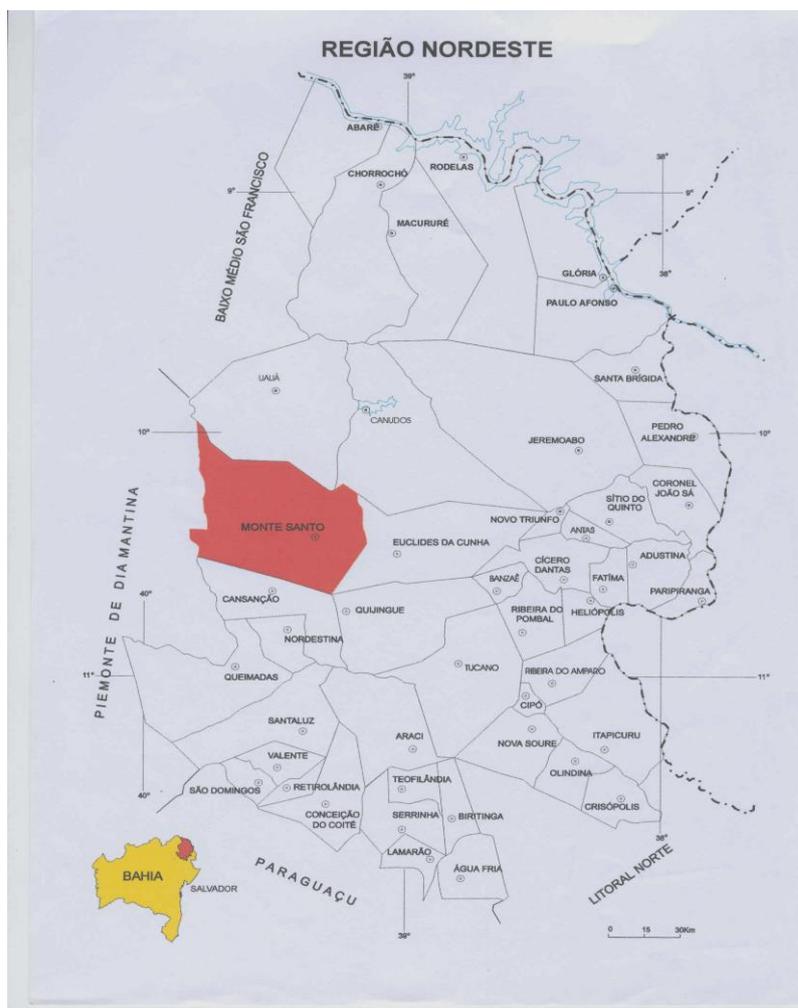
## **A CIDADE DE MONTE SANTO**

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958, p.43) apresenta o município de Monte Santo, situado no Estado da Bahia. As terras do atual município integravam uma fazenda de gado da Casa da Torre vendida posteriormente a Francisco da Costa Tôres, sendo o outorgante Manuel Felix de Andrade, procurador da Casa da Torre. O arrendatário da Fazenda Soledade, onde ficava o logradouro Pico Aracá ou Piquaracá, local onde está situada atualmente a cidade, era João Dias de Andrade. Considera-se como os primeiros povoadores de Monte Santo: Francisco da Costa Tôres, da fazenda Laginha, Domingos Dias de Andrade, José Maria do Rosário da fazenda Damázio, e João Dias de Andrade, da fazenda Acarú. A capela foi elevada à categoria de freguesia no ano de 1790 com o nome de Santíssimo Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição de Monte Santo, sendo seu primeiro Pároco o padre Antônio Pio de Carvalho.

O distrito de Monte Santo originário do desdobramento do município de Itapicuru de Cima foi criado em 1794. Foi elevado a categoria de vila em 21 de março de 1837, através da Lei Provincial nº. 51, pelo então presidente Antônio Pereira Barreto Pedroso, que criou também o município, ocorrendo a inauguração a 15 de agosto do mesmo ano. O município recebeu o nome de Coração de Jesus de Monte Santo. A primeira eleição realizou-se no dia 30 de agosto de 1837, sendo eleito o padre José Vítor Barberino.

Compreende uma área de 3.298 Km<sup>2</sup>, limita-se com os municípios de Euclides da Cunha (38 Km), Itiúba, (74 Km), Cansanção (34 Km) e Canudos (118 Km), além de Andorinha e Uauá. Está a uma distancia de 365 Km de Salvador, Capital do Estado, com vias pavimentadas. O município está localizado na sexta região administrativa do Estado da Bahia com sede na cidade de Serrinha.

Mapa 1 – Localização do Município de Monte Santo/BA



Fonte: SEI, 2002

A cidade surgiu em torno de uma grande praça, junto à antiga capela de Nossa Senhora da Conceição, elevada depois à matriz, e se expandiu com traçado regular, rumo ao leste.

A população residente total, segundo o último censo do IBGE (2010) é de 52.338 habitantes, com 43.493 na zona rural e 8.845 na zona urbana.

A peregrinação realizada desde a fundação do Santuário em 1785 ocorre, duas vezes ao ano, em direção ao Monte Santo deu origem ao nome do município, e estimulou o crescimento do local e de um pequeno comércio, possibilitando, desta forma, outras atividades econômicas duradouras, como aquelas ligadas à pecuária, o artesanato em couro e em cerâmica, além de pequeno comércio de objetos ligados ao culto e à alimentação.

Monte Santo serviu de cenário para os conflitos da guerra de Canudos, entre 1896 e 1897. Nesse período, o prédio da Prefeitura (Fig.1) citado por Euclides da Cunha (Cunha, 1963, p. 112) como o único sobrado que se destacava entre as casas baixas e velhas serviu de Quartel-

General às tropas do Coronel Moreira Cesar na terceira expedição que combateu Antonio Conselheiro. Hospedou-se no local o próprio Ministro da Guerra, o general Carlos Machado Bittencourt, que organizou o último grupamento militar que atacou e destruiu o Arraial de Bom Jesus no Belo Monte, reduto de Antonio Conselheiro e seus seguidores.

**Fig. 1 - Prefeitura**



Foto: Raimundo Pinheiro, 2001.

Euclides da Cunha, esteve na região como jornalista do Estado de São Paulo e hospedou-se em Monte Santo, encantou-se com o Santuário, fazendo relatos do local em sua grande obra “Os Sertões” (CUNHA, 1963, 474 p.).

A cidade, além de ter surgido em função de atividades religiosas, ainda continua com o seu crescimento, baseado nas duas peregrinações, realizadas anualmente ao Monte Santo.

O Santuário da Santa Cruz foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 21.06.1983, sob nº 85, como Acervo Natural, Paisagístico, Urbanístico e Arquitetônico, com o Processo de nº 1060 – T – 82 (Fig. 2).

**Fig. 2 – Parte superior do Santuário**



Foto: Raimundo Pinheiro, abr. 2013.

O acesso a cidade é feito através da BA – 220, pela Av. Luís Eduardo Magalhães vindo da cidade de Euclides da Cunha e da BA – 120 pela Av. Walter Caldas vindo da cidade de Cansanção.

Possui uma rodoviária e o transporte interurbano rodoviário se faz para a cidade de Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Senhor do Bonfim e Euclides da Cunha, entre outras, diariamente. É dotada de áreas livres públicas, praças e jardins. As praças Monsenhor Berenguer e a praça Professor Salgado, são as responsáveis pela concentração das atividades comerciais e de serviço, sendo consideradas o centro comercial da cidade. Na primeira é exibido o canhão mais famoso da guerra de canudos, junto ao busto do Marechal Carlos Machado Bittencourt e a estátua de Antonio Conselheiro.

O uso do espaço urbano por atividades econômicas, tem descaracterizado algumas áreas e logradouros da cidade com reconhecido valor histórico, como ocorre com a rua das Flores e rua Senhor dos Passos, sendo esta última a mais antiga da cidade, que sofre um processo de descaracterização acentuado (Fig.3).

**Fig. 3 – Rua das Flores – casas demolidas para construção de comércio**



Foto: Montesanto.net, 2013.

A rua Apolônio Todí onde fica o Museu do Sertão e liga a cidade à serra e ao, Santuário também vem apresentando uma evidente degradação.

A cidade hoje, ocupa uma área de 102,36 há, sendo que cerca de 18% são áreas ainda não ocupadas.

A feira livre funciona às sextas-feiras no centro da cidade e no centro de abastecimento.

A atividade mais importante e comum da população, principalmente a visitante e itinerante, é religiosa, que consiste em subir o Monte, percorrendo o Santuário da Santa Cruz, ato obrigatório, há séculos, não só para os moradores das fazendas e povoados próximos, mas para todos os que visitam a cidade. Esse percurso é bastante íngreme, todo construído em pedra, ladeado por uma balaustrada, com capelas de alvenaria, que representam a “Via Crucis” de Cristo.

Esse ritual repete-se duas vezes ao ano - uma durante a Semana Santa (Fig. 4) e a outra no dia 31 de outubro (Fig. 5) - quando milhares deromeiros dirigem-se à cidade para pagar e renovar

promessas, seguir a peregrinação ou mesmo aproveitar a festa profana. Nesses dias, fica evidenciada a falta de infra-estrutura para atrair e receber um contingente maior de pessoas.

**Fig. 4 - Pagador de promessa na Sexta Feira Santa**



Foto: Montesanto.net, 2010.

**Fig. 5 – Romeiros no Santuário no dia 31 de outubro**



Foto: Raimundo Pinheiro, out. 2013.

Não existem equipamentos adequados para uso dos peregrinos quando estão na cidade. Sanitários públicos não existe, os becos e ruas próximos ao Santuário e da matriz são utilizados para esse fim e somente no dia 31 de outubro a prefeitura providencia sanitários químicos móveis que são colocados em diversos pontos da cidade. O único abrigo existente é a chamada “casa dos romeiros” local mantido pela paróquia com salas grandes e alguns banheiros onde uma enorme quantidade de romeiros disputam um lugar para colocar o colchão e mesmo tomar um banho. Não existe estacionamento de veículos de grande e pequeno portes, sendo utilizado as ruas próximas aos locais visitados.

A cidade possui 01 hotel e 03 pousadas com instalações modestas e poucos leitos. Aqueles que não conseguem ficar na casa dos romeiros e não tem condições de se hospedar em outro lugar tem pouca ou quase nenhuma opção, o que é evidenciado na quantidade de pessoas que

ficam dormindo nos ônibus e em redes armadas nos caminhões paus-de-arara. Existem 04 restaurantes sendo que apenas 01 é de médio porte não oferecendo muitas opções para os visitantes. Barracas improvisadas oferecem refeições com um preço acessível aos romeiros. A prefeitura monta uma barraca para distribuir água e mingau para os romeiros. Muitos trazem alimentos prontos e dividem nos próprios transportes.

A cidade Possui um comércio em expansão e diversificado, e os serviços bancários são feitos pelo Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste.

O Relatório final do Plano Diretor (2006, p. 44) traz estratégias para a exploração do potencial turístico de Monte Santo, como meio para a dinamização da vida econômica e social local. Pressupõe a requalificação do espaço urbano, baseado em diretrizes gerais de preservação e revitalização de seu patrimônio arquitetônico e urbanístico.

As diretrizes para o desenvolvimento das potencialidades dos Setores Urbanos são as seguintes: Delimitar o centro de atividades comerciais e serviços diversificados e do centro de atividades religiosas. Este setor da cidade deverá ser bem definido, com a área de comércio distinta dos espaços de vivência para o Turismo Religioso.

Controlar a ocupação nas proximidades da Serra do Piquaraçá

Conservação das características residenciais das áreas de expansão até os limites da zona urbana aplicando um padrão urbanístico.

Criar uma estrutura para recepção dos romeiros e oferta de espaços de vivência para o Turismo Religioso. (Plano Diretor – Relatório final, 2006, p. 44)

Os elementos da cultura regional que segundo o relatório do Plano diretor (2006, p.9) é essencialmente mística, por influência da igreja, das crenças indígenas e da vida rústica ligada ao mundo rural, estão marcados no artesanato de barro, couro, palha, madeira e sisal entre outros, além da culinária local que fazem parte das manifestações da cultural típica da região (Fig. 6).

**Fig. 6 – Artesanato de palha e sisal vendido na feira livre**



Foto: Alberto Andrade, out. 2006.

A paisagem cultural da cidade está associada ao Santuário da Santa Cruz, aos prédios históricos e ao Museu do Sertão devendo possuir diretrizes sistemáticas de atração de investimentos em infraestrutura e serviços turísticos por parte do governo local. O Museu do Sertão possui grande e importante acervo da guerra de canudos como fotos da época e armas utilizadas, além de objetos que apresentam as tradições locais que envolve a religiosidade, artesanato e artistas regionais. O local disponibiliza espaço físico e fontes visuais e bibliográficas (Fig. 7).

**Fig. 7– Museu do Sertão**



Foto: Raimundo Pinheiro, fev. 2009.

É importante preservar a paisagem local para a exploração do seu valor histórico-cultural, de forma integrada com os demais municípios da micro-região, em especial com que possuem particularidades similares como Canudos, Euclides da Cunha e Uauá.

## **O PLANO DIRETOR E SUAS PROPOSTAS**

No ano de 2005 o Ministério das Cidades lançou a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo. Prevendo a elaboração do Plano para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes a intenção dos planos era regular a função social da propriedade urbana (CARVALHO, ROSSBACH, 2010).

A Constituição Federal de 1988 exigiu uma lei complementar — o Estatuto da Cidade — que foi aprovada apenas 13 anos depois. A Constituição e o próprio Estatuto exigiram ainda que a função social da propriedade e outros preceitos se subordinassem ao Plano Diretor municipal. A maior parte dos PDs municipais, por sua vez, está remetendo os instrumentos que regulam a função social da propriedade para lei municipal complementar. Muitos municípios brasileiros ainda não têm aprovadas essas leis complementares e muitos elaboraram PDs genéricos, cheio de boas intenções, mas sem efetividade. (CARVALHO, ROSSBACH, 2010, p. 22)

Em Monte Santo as principais propostas do Plano Diretor (2006, p.15) são apresentadas no Relatório principal visando a participação comunitária, valorizando os recursos humanos locais, e estímulo aos exercícios da cidadania, através do acesso á educação e a informação.

A análise do Plano Diretor de Monte Santo, feita através da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação, para Implementação dos Planos Diretores Participativos na Bahia, diz o seguinte:

A Lei do Plano Diretor foi aprovada em 27 de novembro de 2006 e seus conteúdos são bastante sintéticos. A abrangência municipal determinada pelo Estatuto da Cidade é abordada genericamente, não destacando as porções rurais do território municipal que são majoritárias. A Lei reproduz alguns dos princípios do Estatuto da Cidade, utiliza alguns instrumentos da Política Urbana, porém não traz abordagem direta ao mesmo no seu corpo, apresentando conteúdo superficial, não tratando das demandas municipais de forma direta e mais próxima da realidade local. (ARRUDA, 2011, p. 2).

No Relatório de andamento do Plano Diretor a importância e impacto que o mesmo tem para a comunidade é destacada.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão municipal. A política de desenvolvimento tem como objetivo, ordenar as funções sociais do município e garantir o bem estar de seus habitantes.

Assim, o Plano Diretor deve conter um conjunto de diretrizes que irão nortear a administração dos fatos e das coisas que constituem o cotidiano de um município”.(Plano Diretor – Relatório de andamento, 2006, p.3)

Dessa forma, o Plano Diretor apresentou uma participação ativa da comunidade nas discussões realizadas em audiências públicas, seminários, reuniões e encontros regionais conforme mostra os relatórios de andamento (Fig.8). A participação nas discussões foram feitas pela sociedade civil representada através de sindicatos e associações, igreja, poder legislativo e judiciário, além de representantes da prefeitura. Contudo, o plano só foi aprovado quatro anos depois e as resoluções discutidas não foram implementadas.

**Fig. 8 - Audiências públicas, seminários e reuniões de discussão do Plano Diretor**



Fotos: Prefeitura de Monte Santo, 2002.

No Relatório final do Plano Diretor (2006, p.17) fica claro que a atividade turística é um potencial local e não deve ser vista como uma aglomeração de visitantes ou consumidores, mas como um sistema localmente articulado para criação de prosperidade e bem-estar regional. Porém, a necessidade de planejamento é destacada no Plano Diretor por conta da carência de serviços e infra-estrutura da cidade.

Os períodos de peregrinação marcantes, em Monte Santo, são na Semana Santa e nas vésperas do dia de Todos os Santos, em 31 de outubro. Fiéis de todo o Brasil, e até de alguns outros países, visitam a cidade, nessas datas, proporcionando ao local a ocupação de uma marcante espacialidade.

O Relatório do Plano Estratégico do Plano Diretor de Monte Santo (2006, p.60), apresenta as seguintes estratégias, associadas a esses aspectos:

- Incorporação de técnicas de organização que visem uma melhor recepção e permanência do turista no local;
- divulgação do calendário das atividades religiosas e atrações, procurando assim, garantir uma oferta anual de oportunidades e um fluxo regular de visitação;
- resgate de valores culturais, através do estímulo ao artesanato, criação de centros culturais, parques temáticos, dentre outras atrações que envolvam o visitante.

O potencial existe, foi discutido, avaliado e transformado em prioridade, através da Lei do Plano Diretor aprovada pela Câmara de Vereadores em 05 de outubro de 2006. Conforme o Relatório de andamento, as Audiências públicas mostraram que todos acreditavam que o Plano Diretor seria um instrumento que melhoraria a cidade. Entretanto, até o momento nada que está na Lei foi colocado em prática.

### **O PLANO DIRETOR E A QUALIDADE DE VIDA**

A partir da realidade diagnosticada, o Relatório do Plano Estratégico do Plano Diretor (2006, p.2) apresenta prioridades para Monte Santo. Estratégias e propostas para o desenvolvimento socioeconômico, sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida da população deverão ser implementadas imediatamente com o objetivo de tornar o município uma referência no que diz respeito à exploração de suas potencialidades.

Algumas intervenções, contidas no Relatório do Plano Estratégico do Plano Diretor (2006, p. 39), se destacam como as elencadas abaixo:

- a. A promoção de políticas de atração de indústrias, buscando setores que sejam mais adequados às condições naturais e sociais como a produção mineral e o aproveitamento de couro, sisal, cerâmica, palha e cipó dentre outros.

As ações necessárias são as seguintes:

- concentrar esforços nos setores produtivos, que promovam a geração de emprego e renda;
- incentivar a mineração e transformação competitiva e ambientalmente sustentável de granitos existentes na região;
- estimular o treinamento da mão-de-obra de baixa qualificação, através de cursos profissionalizantes;
- ordenar e disponibilizar locais para implantação de indústrias bem como de infraestruturas.

b. Investir na atratividade física do Município com as seguintes ações:

- melhorar e investir em infraestruturas de caráter cultural: teatros, museus, áreas de lazer, bibliotecas e arquivo público, dentre outros;
- elaborar política agressiva de *marketing* institucional do município de forma a evidenciar as suas vantagens competitivas atuais.

c. Manter e preservar o meio ambiente, a partir das seguintes ações:

- criar meios para garantir que todas as futuras urbanizações respeitem e se harmonizem com o meio ambiente natural;
- estimular a reciclagem do lixo e buscar a criação do aterro sanitário;
- buscar soluções para o saneamento básico do município.

d. Aproveitar o potencial do turismo religioso e cultural, promovendo as seguintes ações:

- preparar infra-estrutura, física e pessoal, para recepção dos turistas;
- implantar sistema municipal de informações turísticas;
- incentivar a pesquisa e a guarda de fósseis no território municipal;
- divulgar atrações turísticas em conjunto com outros municípios do sertão baiano.

O Relatório final do Plano Diretor (2006, p.42) ainda considera as seguintes diretrizes locais na definição da estruturação urbana da cidade:

- disponibilidade adequada de uma rede de infra-estruturas;
- preservação das arquiteturas históricas;
- oferta cultural e de lazer;

Em se tratando de instrumentos, para o reordenamento da cidade de Monte Santo, o Relatório final do Plano (2006, p.44) apresenta as seguintes propostas:

- a. programa de implantação dos centros de turismo e lazer. O projeto deverá reservar áreas para os programas de ação cultural, turística e social;
- b. programa de melhorias no sistema viário e de circulação, como melhoramento campo de pouso/aeroporto; soluções para os problemas de estacionamento, pontos de táxi, mototaxi;

c. estruturação do comércio formal e informal; melhoria na qualidade dos passeios, edifícios e espaços públicos;

d. criação de uma área de proteção do patrimônio arquitetônico, cultural e paisagístico;

Percebe-se a tentativa de reorganizar, modernizar, reordenar, reconfigurar, enfim, fazer da cidade uma opção real de geração de renda, com atrativos turísticos fortes, comércio organizado e implantação de uma logística de desenvolvimento ambiciosa que poderia trazer bons resultados em longo prazo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A expansão da cidade, o aumento dos problemas e a delicadeza da qualidade de vida da população exibem um cenário que necessita de intervenção.

A associação da comunidade aos diversos interesses do município é demonstrada pela participação dos sindicatos e associações nas discussões sobre o futuro da cidade, fato importante porque dá às políticas locais uma dimensão muito mais concreta de valor, de interesses organizados.

As propostas contidas no planejamento municipal estão de certa forma muito organizadas, com ideias inovadoras, com preocupação com a população futura. Entretanto, as políticas públicas empregadas até o momento desvirtuam ou mesmo contradizem o que o Plano Diretor prega, pois nada foi implementado.

Há, ainda, a necessidade de um conjunto de proposições de caráter físico-urbanístico necessário para obtenção do desenvolvimento desejado para Monte Santo.

Monte Santo precisa se estruturar e se capacitar e o Plano Diretor seria o instrumento para responder às expectativas do planejamento estratégico e para desempenhar seu papel no contexto regional e municipal.

O futuro demanda conformações e transformações no espaço urbano, dada a importância da cidade como polo religioso e a afluência crescente de romeiros, uma população flutuante de milhares de pessoas que nos períodos de romaria correspondem até dez vezes mais do que a população da cidade. As transformações urbanas, no entanto, devem ser precedidas por política de proteção do patrimônio histórico, religioso, arquitetônico, ambiental e paisagístico. Assegurar a proteção dos bens patrimoniais, através da realização de inventário, classificação e cadastramento do patrimônio do município é uma das ferramentas da política de valorização que deverá ser feita imediatamente pela prefeitura.

Por outro lado a maior parte, dos municípios da região, inclusive Monte Santo, apresentam um processo de estagnação de longa data, em que a degradação do patrimônio histórico é uma das faces mais visíveis, que deve ser enfrentada seriamente.

Após a realização dos estudos, pode-se considerar que a situação da cidade é delicada. Algumas alternativas de desenvolvimento da cidade foram propostas no Plano Diretor Municipal. Cabe o poder público em todas as esferas, juntamente com a iniciativa privada e a participação popular, desenvolverem os projetos com objetividade, já que a busca do desenvolvimento local deve envolver todas as partes para a consolidação das propostas. Para tal, é necessário que o que foi discutido e transformado em Lei, seja colocado em prática através de políticas específicas que atendam às demandas, fato que não foi evidenciado desde a aprovação do Plano Diretor no ano de 2006.

#### REFERÊNCIAS

ARRUDA, Angelo Marcos Vieira. Rede de avaliação e capacitação para implementação do planos diretores participativos; avaliação dos planos diretores. **Observatório das Metrôpoles**, Rio de Janeiro. 2009 Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrosoles.net>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (orgs.). O Estatuto das Cidades comentado. São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades, 2010.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. 27. ed. Ed. Universidade de Brasília, 1963. 474 p.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. V XXI? p. 43-47.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 05 mai. 2013.

MONTE SANTO/BA. Prefeitura. **Plano Diretor Urbano de Monte Santo**. Relatório de andamento. Monte Santo: 2006.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Urbano de Monte Santo**. Relatório do Plano Estratégico. Monte Santo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Urbano de Monte Santo**. Relatório final. Monte Santo, 2006.

TRICART, Jean; SANTOS, Milton. **Estudos de geografia da Bahia**; geografia e planejamento. Salvador: EDUFBA, 1958.